

Desenvolvimento sustentável: três meias-verdades e algumas certezas

Sustainable development: three half-truths and some certainty

Adriano Naves de Brito

brito@unisin.br

UNISINOS/CNPQ

Resumo

Discutimos a noção de desenvolvimento sustentável mediante a análise de três posições: o otimismo ingênuo, que aposta no desenvolvimento sem devida atenção a seus custos; o moralismo teleológico e humanista, que defende outro tipo de desenvolvimento, mas perde o contato com os mecanismos concretos de reprodução da vida; e o fundamentalismo ecológico, que sacraliza a natureza. Em face dessas posições, esboçamos uma visão de cunho naturalista que deve ajustar as expectativas na direção de uma visão mais equilibrada sobre o desenvolvimento sustentável e que tenha um viés evolucionista na análise do homem e da história.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; teleologia; história; evolucionismo.

Abstract

I discuss here the concept of sustainable development through the analyses of three positions: the naive optimism, which bet on the development without due attention to its costs; the teleological moralism, oriented to humanism, which advocates a different type of development, but loses contact with the concrete mechanisms of reproduction of life; and the ecological fundamentalism, which sacralize nature. Considering these positions, I outline a naturalistic approach, which should adjust the unbalanced expectations of those three positions to a more sensible view. The approach has an evolutionary bias concerning the analysis of man and history.

Key words: sustainable development; teleology; history; evolutionism.

Como nascem mais indivíduos do que o número dos que poderiam sobreviver, sempre haverá uma luta pela existência, seja entre os da mesma espécie, seja entre eles e os de outras espécies distintas, ou seja, os indivíduos e as condições de vida existentes em seu habitat. (DARWIN, 1859 p. 87)

O mundo enfrentou, no primeiro semestre de 2008, a primeira grande crise de alimentos deste século. As causas exatas para o fenômeno, a medir pelo que então expunham *experts* de diferentes orientações e competências, eram conhecidas, mas a conexão entre elas e o peso de cada uma na produção do efeito que assombrou governos e populações, não. Com commodities estratégicas, como o arroz e milho, em níveis de preço assustadoramente acima dos alcançados em 2007 nas bolsas de mercadoria, as discussões sobre desenvolvimento sustentável avançaram para deixar de vez os círculos acadêmicos, bem como os das instituições governamentais e de defesa do meio ambiente, para descer ao chão (naquele contexto, também no sentido literal do termo), ou, o que foi pior, ao estômago.

A crise foi superada por outra, a financeira. Os excessos cometidos nos debates sobre a crise de alimentos não encontraram ambiente adverso à sua proliferação. Bem ao contrário. Os ânimos em ascendente exaltação favoreceram a desmedida com respeito a um tema que era, e segue sendo, já devido à conjunção algo paradoxal dos conceitos que envolvem — “desenvolvimento” e “sustentabilidade”—, controverso. O debate sobre alimentos, porque a crise dos mercados sobrepujou qualquer outra, está adormecido. A conjunção de fatores que levou a duas crises num mesmo ano coloca em especial relevo o problema do desenvolvimento sustentável. Quer-se voltar ao desenvolvimento, mas não se pode, como ficou evidente, negligenciar a sua qualidade. Vale a pena, pois, mantê-lo no horizonte intelectual.

Mantida a discussão em um patamar razoável de equilíbrio e discernimento, nossa contribuição, no que segue, será, por um lado, discriminar três posições sob as quais se poderia, com alguma benevolência do interlocutor, subsumir a maior parte do que se defende a respeito da questão e mostrar em que estão equivocadas; e, por outro, demarcar uma visão que, se não é adequada ao debate político de cunho jornalístico, por não fazer concessões fáceis a qualquer matiz de demagogia ecológica, parece-nos a única que interessa quando o que está em questão é obter, operar e antecipar ações — como políticas públicas, por exemplo —, a partir de certo conjunto de informações disponíveis mediante uma teoria aceita tácita ou expressamente. Neste caso, somos tácitos: a teoria que esposamos é a evolucionista.

Três excessos

As leituras que julgamos serem equivocadas, no tocante ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, pecam por mal dosarem as expectativas, para o melhor e para o pior, erguidas a partir da urdidura desse conceito bicéfalo¹. Assim, ou se espera demais de nossas capacidades humanas e civilizatórias, ou de menos; mas, em todo caso, se descarta de nossas inclinações naturais e de nossas condições materiais de reprodução da vida. A medida das partes para a composição do todo fica, em função disso, descalibrada. Em uma formulação ligeira, as três posições que temos em vista defendem, respectivamente, a propósito do desenvolvimento econômico e sua relação com o meio ambiente, que é aquilo a que se refere a “sustentabilidade”, o seguinte: a) o desenvolvimento não tem, a priori, limites e não pode ser detido. No contexto das restrições naturais, basta, entretanto, que se adende a ele, mas com séria disposição política e espírito inovador, o apêndice “sustentável” para que as eventuais dificuldades sejam domesticadas; b) o desenvolvimento indefinido é possível, mas somente se for convertido em outro tipo de desenvolvimento, diferente daquele que vemos avançar sobre os recursos da Terra. Terá de ser, então, um desenvolvimento que não vise apenas ao progresso material do homem, mas que envolva alguma ordem superior de nossa existência humana e tenha, digamos, um

¹ Lester Brown, fundador do Instituto World Watch, empregou, nos anos oitenta, o termo “sustentável” para qualificar o tipo de sociedade que satisfaz suas necessidades sem comprometer as gerações futuras. Segundo Capra (CAPRA, 2002, p. 238), essa teria sido a origem da conexão entre sustentabilidade e desenvolvimento. Marques, (MARQUES, 2007, p. 152) defende, e a meu ver de modo pertinente, que o conceito já estava inscrito no *Princípio Responsabilidade*, de Hans Jonas (1979), segundo o qual, as gerações do presente têm, para com as gerações futuras, um dever moral de preservar as condições de reprodução da vida.

caráter emancipatório. O mote aqui poderia ser: outro desenvolvimento é possível; c) o desenvolvimento não é sustentável, quer dizer, não é compatível com a conservação da natureza e o único caminho seguro a tomar para preservar nossas atuais condições de existência é o que leva a uma abstinência verde, isto é, à renúncia por parte da civilização contemporânea a usar os recursos naturais, o que implica abdicar, pelo menos em alguma medida, do desenvolvimento.

Otimismo ecológico: ingenuidade e cinismo

Como mencionado, o erro de todas essas perspectivas está no excesso, o que significa dizer que todas têm sua parcela de verdade. A primeira posição, a mais otimista, acerta na inexorabilidade do desenvolvimento, mas menospreza os custos envolvidos. A ideia de que é possível crescer indefinidamente de modo a compatibilizar, sem prejuízos humanitários e/ou ambientais dramáticos, o meio ambiente e as pressões demográficas não encontra apoio em nenhum período da história da vida sobre a terra. Ao invés disso, o conflito entre desenvolvimento e meio ambiente é a regra. Os dados a encorajar essa afirmação vêm da história das extinções de espécies no planeta. História à qual Darwin concebeu uma teoria, a da evolução, em cujos princípios o conflito em tela figura como peça-chave. Afirma ele em seu *A Origem das Espécies*:

Não há exceção à regra segundo a qual todos os seres vivos aumentam naturalmente numa velocidade tão alta que, se não forem destruídos, logo a terra se veria coberta pela descendência proveniente de um único casal. Mesmo o homem, que se multiplica de maneira tão lenta, tem dobrado seu total a cada vinte e cinco anos. Mantendo-se essa velocidade, dentro de uns poucos milhares de anos não mais haverá lugar para que nossos descendentes possam, literalmente, ficar em pé. (DARWIN, 1859, p. 88)

O otimismo da posição, que crê num equilíbrio permanente entre demanda por matéria-prima e força de trabalho para convertê-la em bens, choca-se com limitações inerentes ao conflito entre demografia e recursos naturais. Limitações que nem o mais célere progresso tecnológico pode superar sem elevados custos, em vidas humanas ou recursos naturais. Já a boa vontade política, essa pouco pode fazer para modificar a situação; e menos ainda quando ela é trazida à discussão por aqueles que, pouco interessados de que seja possível crescer sem prejuízos, são otimistas cínicos e indiferentes, pois apostam que os custos do desenvolvimento não serão imediatos e nem serão seus. A insinceridade de alguns otimistas, que é um vício moral, e a ingenuidade de outros tantos são, não obstante, irrelevantes para o curso natural das coisas, mesmo que haja, para esse curso, um plano secreto. Como ensina Kant, num trecho do início da *Paz Perpétua*:

Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros, mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio propósito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, como a um fio condutor e trabalham para a sua realização; e mesmo que conhecessem tal propósito, pouco valor lhes daria. (KANT, 1784, A 386/387)

O desenvolvimento é, então, inclinação irrefreável de qualquer espécie (e ele se exprime sempre em crescimento demográfico), não importa a consciência moral, ou não, dos agentes envolvidos. Se há um propósito da natureza a guiar o curso dos acontecimentos em uma direção

que é desconhecida pelos homens e pelos povos, como sugere Kant, essa é questão que deixo em aberto por ora, mas cuja solução é, afinal, desnecessária, pois, como ele próprio constata — e com o que estou inteiramente de acordo — tal desígnio, ainda que existisse e fosse do conhecimento dos agentes históricos, eles não o levariam em consideração nas decisões que tomam.

A moralização da natureza: a ideia de um fim em si

A segunda posição acerta em que o desenvolvimento econômico é, assim como os processos biológicos, adaptativo. Erra, porém, ao dimensionar o alcance e os mecanismos da adaptação possível das forças produtivas. O erro é pensar que os homens podem se assenhorar do desenvolvimento e lhe dirigir os rumos de modo a que ele sirva a fins mais nobres que o atendimento das necessidades naturais das populações. Fins que, por óbvio, postulam. À pergunta pelo propósito da natureza, nos termos postulados por Kant, respondem com uma finalidade cujo valor não se mede por riquezas materiais, mas pela emancipação do homem e por sua liberação das peias da necessidade. Essa concepção coincide com o projeto humanista da modernidade e que ganhou novo impulso no século dezenove graças, sobretudo, à filosofia hegeliano-marxista. É do *Capital* de Marx o seguinte trecho que ilustra bem a ideia —também kantiana, vale dizer— de que há um fim com valor superior na história, um fim em si e que está ao alcance do homem (e, na verdade, apenas ao alcance dessa espécie):

A liberdade neste campo [do trabalho] só pode consistir em o homem socializado, os produtores associados regularem racionalmente seu intercâmbio com a natureza; e conseguindo isto com o mínimo de energia e sob as condições mais favoráveis a, e dignas de, sua natureza humana. Mas trata-se ainda do domínio da necessidade. Além dele começa aquele desenvolvimento da energia humana que é um fim em si mesmo, o verdadeira reino da liberdade, a qual, entretanto, só pode florescer com base neste reino da necessidade. (MARX, 1867, V. 3, p. 273, paginação da academia)

Consoante a essa visão de homem, a tônica das ações em favor do desenvolvimento sustentável que propõem os que compartilham essa posição estão dirigidas à conversão das consciências e envolvem, por isso, processos educativos massivos. Trata-se de mudar a visão de mundo dos agentes econômicos e de dar à vontade política dos desenvolvimentistas um matiz humanista.

Negligenciam, os que assim pensam, a força das inclinações naturais e superdimensionam a capacidade humana de coordenar e dirigir por meio da razão, e da técnica, os meios e os fins do desenvolvimento. O desenvolvimento é um fenômeno adaptativo, certo; mas os ajustes por que passa resultam sempre da luta pela sobrevivência, que é aquele interesse a que todos respondem cegamente.

Nessa luta, tem a vantagem os que demonstram mais eficiência no contexto do ambiente em que se encontram. Não há aqui critérios absolutos, mas somente os relativos ao meio ambiente. Tampouco há alguma finalidade cujo valor seja absoluto. No curso da história natural, a extinção ou origem das espécies não respondem, pelo menos tanto quanto nos toca saber pelos dados empíricos disponíveis, a nenhum desígnio transcendente. Não temos, falando a partir do curso causal dos eventos naturais, nenhuma base para supor que a sobrevivência da espécie humana seja parte de um plano da natureza. Pelas mesmas razões, há que se supor que a

adaptação do processo de desenvolvimento aos constrangimentos ambientais vai se dar, antes de mais nada, por imposição desses constrangimentos. É interessante, nesse ponto, e a bem do pensamento de Marx, recuperar outra dimensão sua, o materialismo. Traço que, bem conforme ao evolucionismo, mal aparece na citação anterior. Diz ele, numa conhecida passagem: "A vida não é determinada pela consciência, mas a consciência pela vida" (MARX, 1845-1846, p. 37).

É claro que, como animais sociais que somos, processos educativos têm grande importância na absorção, por parte dos indivíduos humanos, das mudanças comportamentais necessárias à adequação das práticas dos grupos aos meios usados para a reprodução da vida. E, nesse sentido, pode ser decisivo para a sobrevivência dos grupos a eficiência dos processos educativos. Eles, contudo, não alterarão a direção para a qual aponta a bússola do desenvolvimento: a permanente busca por eficiência no processamento de bens naturais para a garantia da reprodução da vida.

Fundamentalismo ecológico: naturalismo e antinaturalismo

A terceira posição exacerba ao conferir à natureza um valor absoluto. O finalismo que, assim como a posição anteriormente descrita, adota, é, numa formulação que soa tão moderna quanto insossa, "pós-humanista". O fim em si da conservação é, para seus partidários, a própria natureza. É apenas como parte dela que o homem é incluído nos esforços de preservação. A defesa intransigente do meio ambiente sacraliza a natureza como se fora ela um fim em si a ser defendido à custa até da única espécie a que caberia a obrigação moral de defendê-la: a humana.

A posição tem, no entanto, a sua parcela de verdade. Pensada a natureza em parâmetros estritamente causais, a ideia dos ambientalistas radicais de que desenvolvimento é incompatível com a preservação do meio ambiente faz todo sentido. A vida, de um ponto de vista meramente natural, é um processo de consumo de energia em escala crescente de eficiência. O que significa que a tendência ao equilíbrio do sistema da natureza induz seus habitantes vivos a uma vocação consumista. Nosso planeta não se rege por leis diferentes. O homem, portanto, como qualquer outra espécie, tende a consumir todos os recursos naturais a ele disponíveis. Se, antes disso, não formos surpreendidos por uma extinção precoce, chegaremos lá. Aliás, essa tarefa, em nosso atual estágio de desenvolvimento tecnológico, já não parece tão difícil de ser levada a cabo.

O fundamentalismo ambiental erra, porém, ao moralizar o tema e produz com isso uma visão de homem incompatível com nossa natureza. A renúncia ao desenvolvimento é inteiramente incompatível com a expectativa que cada indivíduo pode pôr para si ao longo de sua vida. Seria como pedir que cada um renunciasse a realizar seus fins para que a natureza não sofresse em virtude disso, ou para que, numa outra versão, outras gerações pudessem realizar os seus. Ora, não se dão conta de que a falta de desenvolvimento põe em risco a própria existência dessa e de outras gerações. O desejo de alcançar os próprios fins individuais, que é aquela inclinação que nos move sem que pensemos a respeito, é o motor de qualquer desenvolvimento. Não há como desativar esta força propulsora e nem refreá-la sem provocar a desaceleração econômica e entrar em declínio demográfico. Isso significa que abdicar ao desenvolvimento é o caminho mais curto para a extinção de qualquer espécie; a nossa também.

O que podemos esperar

As posições que, em linhas caricaturais, delineei nos parágrafos anteriores, mostram dois traços comuns, e coligados entre si, aos equívocos que as caracterizam. O primeiro é a falta de um bem calibrado senso naturalista para abordar os temas relativos ao meio ambiente. O segundo é a tendência a mal dimensionar a introdução da moralidade nesses mesmos temas. Consoante a isso, é preciso, por um lado, tomar distância e olhar as questões ecológicas, em geral, e relativas ao desenvolvimento sustentável, em particular, por um viés muito menos engajado. A frieza das conclusões daí resultantes, não deve, contudo, estar a serviço de cinismos inconsequentes, mas do discernimento equilibrado. Por outro lado, é preciso dessacralizar a temática do meio ambiente. Com isso quero dizer que é preciso abandonar a ideia reguladora de um fim último para a história como medida para nossas decisões. A teleologia moralizada obscurece nossas reflexões porque torna imperativo o que, do ponto de vista da história da natureza, é apenas fático: nosso destino.

A natureza não serve ao homem, mas somos apenas mais um de seus desdobramentos possíveis. E ela, tão pouco quanto nós, não tem nenhuma finalidade que transcenda a cadeia causal dos eventos. Não há, para além do desejo natural de não perecer, sentido algum em defender a natureza como se tivesse ela um valor intrínseco, ou como se houvesse algum na manutenção de qualquer vida, mesmo a nossa. O sentido da existência do homem não está dado por um ordenamento transcendente da história da natureza, mas pelo vital anseio por sobreviver e realizar inclinações naturais. O que leva, a despeito de nossas intenções, à expansão demográfica. Nesses termos, o melhor desenvolvimento é aquele que é útil à realização dos fins a que a natureza predispõe o indivíduo, fins imanentes, portanto. Na competição por eficiência entre os grupos humanos, o critério de seleção é o mesmo do desenvolvimento evolutivo: a melhor adaptação ao ambiente de reprodução da vida.

A que serve, então, a ideia de desenvolvimento sustentável, feita a revisão do conceito? À possibilidade de ampliar ao máximo a descendência de cada um e o bem-estar que às gerações é possível experimentar. Na medida em que os recursos disponíveis são limitados, é preciso empenho e engenhosidade para avançar na expansão. A ciência e o avanço técnico desempenharão no futuro, como o fizeram no passado de nossa espécie, papel decisivo no alargamento de nossas possibilidades de ocupação do planeta e além. Essa certeza não dá, contudo, margem a expectativas vãs. Estaremos sempre sob a permanente pressão por mais crescimento, não importa os avanços que sejam alcançados. E, assim, sujeitos à escassez, seja ela provocada ou não pelo progresso humano. Podemos ter também a certeza de que haverá, na delimitação de uma civilização ainda mais eficiente, altos custos envolvidos, sejam eles ambientais ou humanos. No contexto de uma civilização já extremamente complexa e de cada vez mais intensas conexões globais os movimentos de resposta aos desafios que se anunciam, como uma eventual crise alimentar, serão lentos e onerosos.

Esse vaticínio não vem com o intuito de ceifar esperanças, de resto inútuas, como ensina Kant, para os desdobramentos da história natural e cultural do homem. Ele indica, no entanto,

que o futuro nos exigirá muito mais adaptações do que rupturas. Muito mais ciência que teleologia. E àqueles aos quais cabe tomar decisões, muito mais confiança no conhecimento das imbricações causais que há entre os homens e entre eles e o resto da natureza — e as ciências humanas têm aqui um papel central a cumprir — do que as mãos cheias de meias-verdades.

Referências

CAPRA, Fritjof. (2002). *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

DARWIN, C. (1859). *A origem das espécies*. São Paulo: Edusp, 1985.

JONAS, Hans. (1979). *Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

KANT, I. (1784) *Idee zu einer Allgemeinen Geschichte in Weltbürgerlicher Absicht*. São Paulo: Brasiliense, 1986.